



CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO DA REMEA - REVISTA ELETRÔNICA DO MESTRADO DE EA/PPGEA/FURG

Jacqueline Carrilho Eichenberger (PG)¹,

Jusélia Paula da Silva (IC)²,

Vilmar Alves Pereira (PQ)³

Resumo: O presente trabalho apresenta as concepções de educação ambiental no contexto da Revista Eletrônica do mestrado de Educação Ambiental/REMEA/PPGEA/FURG. A REMEA constitui-se em um espaço tradicional para a divulgação da produção científica nacional e internacional na área da Educação Ambiental - EA no país. Os estudos partiram da correlação dos dados gerados pela circulação do periódico, a partir de sua migração para a Plataforma Open Journal Systems (OJS/SEER), para onde já foi disponibilizado grande parte dos volumes anteriores, desde sua criação. O artigo destaca a cartografia da EA, por meio de artigos publicados por universidades do Brasil e América Latina, apresentando diferentes tempos e espaços da Educação Ambiental, sejam formais, informais, políticos, de fundamentos, de formação, nos diferentes territórios. Registros de visitantes indicam que cerca de 13.000 usuários originados do Brasil e de outros 50 países de diferentes continentes, acessaram o periódico nos últimos três meses. Com base nos dados apresentados, o artigo propõe uma reflexão sobre o desafio, tanto da universidade, como do próprio Programa de EA em dar conta dos limites e possibilidades dessa dinâmica e, continuamente afirmar a EA como campo do conhecimento humano.

Palavras Chave: Educação Ambiental; Revista Eletrônica do Mestrado de Educação Ambiental-REMEA/FURG.

Abstract: This paper presents the concepts of environmental education in the context of the Electronic Journal of Environmental Education Masters / REMEA / PPGEA / FURG. The REMEA is in a traditional space for the dissemination of national and international scientific production in the area of environmental education in the country. The studies started from the correlation of the data generated by the circulation of the journal, from their migration to Platform Open Journal Systems (OJS / SEER), which has been made available for most of the previous volumes, since its inception. The article highlights the mapping from EA through articles published by universities in Brazil and Latin America, with different times and spaces of environmental education, whether formal, informal, politicians, fundamentals, education in different territories. Records indicate that visitors about 13,000 users originated from Brazil and 50 other countries from different continents, accessed the journal in the last three months. Based on the data presented, the article proposes a reflection on the challenge, both from the university, as the Environmental Education Program in realize the limits and possibilities of this dynamic and affirm environmental education as a field of human knowledge.

Keywords: Environmental Education, Electronic Journal of Master of Education Ambiental-REMEA/PPGEA/FURG

¹ Mestranda em Educação Ambiental. Graduada em Filosofia /Universidade Federal do Rio Grande-FURG, Rio Grande- RS. Jacque.carrilho@gmail.com

² Acadêmica de Biblioteconomia. Bolsista da REMEA/Universidade Federal do Rio Grande-FURG, Rio Grande- RS. Jju_paula@hotmail.com

³ Doutor em Educação. Mestre em Educação. Graduado em Filosofia/Universidade Federal do Rio Grande-FURG, Rio Grande- RS. vilmar1972@gmail.com



INTRODUÇÃO

Contextualizando a REMEA

A Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental apresenta artigos em língua portuguesa e espanhola e constitui-se em um espaço tradicional para a divulgação da produção nacional e internacional na área da Educação Ambiental (EA). São questões fundamentais do periódico as preocupações com as múltiplas abordagens de experiências de EA nos espaços formais de educação e seus impactos na comunidade escolar e na aprendizagem. Conscientes dos desafios apresentados pela questão da sustentabilidade, o periódico apresenta, assim como o programa de Pós-graduação em EA – PPGEA/FURG, em meio aos Tempos e Espaços da EA, uma forma de proporcionar a reflexão sobre os fundamentos históricos, antropológicos, sociológicos, filosóficos, éticos e epistemológicos da EA.

Com a responsabilidade de contribuir para a produção de conhecimentos e sua transformação no campo da EA, o periódico busca aprofundar por meio da publicação de artigos e resenha de livros, a compreensão crítica da atual crise socioambiental no Brasil e no mundo; fundamentar as discussões sobre propostas pedagógicas; propor o enfoque na situação sócio, ecológica regional, nacional, internacional e o papel que cabe à escola em face de esta; difundir pesquisas na área da EA, possibilitando o leitor identificar problemas e soluções, dentro de sua área de conhecimento e atuação.

A Revista envolve leitores e pesquisadores oriundos das comunidades científicas, das comunidades pesqueiras, das Unidades de Conservação, Indústrias, Produtores primários, Escolas, Universidades, Hospitais, Professores, Alunos, Profissionais liberais e Populações diversas. O periódico tem buscado reunir abordagens que tratam da manutenção dos recursos naturais, melhoria da qualidade ambiental, educação, planejamento, manejo ambiental, conscientização em comunidades, tomadas de decisão, gerenciamento, mudanças de atitudes e valores.

A Revista Eletrônica do Mestrado em EA (REMEA) possui circulação nacional e internacional (on-line) com periodicidade semestral, de conteúdo científico, tendo como objetivo principal a veiculação de resultados de pesquisa relacionados à EA como uma área de pesquisa no Brasil e América Latina. Em 2003 passou a integrar o Qualis da CAPES, o que garante a qualidade dos artigos publicados para fins de avaliação de programas de pós-graduação. Possui conceito Qualis B2 pelos parâmetros atuais de avaliação de periódicos. Pela ANPED foi considerado um periódico que atende as exigências de uma revista de alcance nacional pela qualificada produção na área já que vinculado ao Programa de Pós Graduação em EA. Este programa conforme dados apresentados é responsável por mais de 50% da produção científica nacional na área.

Em 2012 foram demarcados a migração do periódico para a Plataforma Open Journal Systems (OJS/SEER), para onde já foram disponibilizados quase todos os volumes anteriores, desde sua criação em 1999. Também foram atualizados os indexadores. Os arquivos a serem migrados estavam hospedados em sítio HTML, não oferecendo um sistema para recuperação e gerenciamento dos processos editoriais bem como padronização na disposição das informações. Esses foram alguns dos motivos pela decisão, por parte do conselho editorial/REMEA, pela migração, esta foi finalizada em junho de 2013. Paralelamente a migração seguiram-se os processos de editoração com as novas submissões e subsequentes publicações.

Um dos primeiros passos dados em relação a migração do periódico foi o de dar início ao treinamento sobre as funcionalidades do software, afim de se conhecer as possibilidades de



funcionalidade oferecidas, identificar os volumes a serem migrados, dos quais 19 volumes num total de 437 artigos em formato pdf. Delineou-se que a migração deveria conservar as características de apresentação originais, mantidas pelo periódico. Para desenvolver a migração, além de treinamento no software OJS/SEER, mantido pela Universidade Federal do Rio Grande para fins de aprendizagem, buscou-se na literatura especializada, a fim de relacionar recursos que mais se adequassem a referida migração, referentes ao processo de editoração. A síntese do processo se caracterizou pelo treinamento no software OJS/SEER; Planejamento das atividades de migração; Seleção e downloads de pdfs; Cadastro de autores; Submissão dos artigos; Publicação dos volumes; Caracterização final da Revista.

O processo de migração das rotinas dos processos editoriais dinamizou a REMEA e proporcionou uma busca por bancos de dados e indexadores para sua inserção. Tal fato trouxe uma nova demanda para revista que foi a busca constante da implementação de critérios de qualidade. “Como ocorre em toda transição de um sistema a outro, de uma realidade a outra, há necessidade de constante mutação, de descobertas, de aperfeiçoamentos [...]” (FACHIN; HILLESHEIM, 2006, p. 40). O planejamento de ações futuras referentes aos critérios de qualidade da publicação científica da Revista consta a atribuição de DOI (Digital object identifier) para publicações digitais em rede além da sua busca pela melhoria dos critérios Qualis. A partir do uso do SEER observou-se maior divulgação na rede mundial de computadores, o que também trouxe visibilidade, além de transparência das suas rotinas. Frequentemente leitores, autores e avaliadores buscam por informações sobre a revista. Compreende-se que a busca pela melhoria dos critérios de qualidade é um processo constante que permite ao editor, assistentes e toda a equipe envolvida busque por aprendizado sobre o tema.

A educação Ambiental no contexto da REMEA/PPGEA/FURG

Ao instituir, em 2004, um Grupo de Trabalho (GT) em Educação Ambiental na ANPED - Associação Nacional de Pós Graduação em Educação, o Programa de Pós Graduação e EA – PPGEA, contribuiu definitivamente para o fortalecimento de um corpus teórico capaz de dialogar com os diferentes saberes oriundos de produções científicas e ao mesmo tempo, possibilitar processos de reflexão para efetivas mudanças culturais: “(...) propiciar os processos de mudanças culturais em direção à instauração de uma ética ecológica e de mudanças sociais em direção ao empoderamento dos indivíduos, grupos e sociedades que se encontram em condições de vulnerabilidade em face dos desafios da contemporaneidade.” (ProNEA, 2005, p. 18).

Considerando ser um campo de conhecimento relativamente novo, a pesquisa em EA vem se constituindo como um posicionamento político, um esforço de “gerar novos vínculos com o ambiente imediato, seja ele natural, construído, espacial ou temporal, através de uma ética particular” (SANTOS & SATO, 2006, apud NABAES, 2013, p. 32-33). Ainda, sendo a produção de pesquisa um fator de sua legitimação como área de investigação, a necessidade do reconhecimento da EA como uma prática sustentada por conhecimento rigoroso.

Observa-se que a EA se desenvolve no contexto da REMEA por meio de quatro grandes linhas de pesquisa que se limitam apenas no contexto pedagógico ou na necessidade de pensar sobre elas mesmas. Na linha de pesquisa intitulada: Fundamentos da EA há uma ênfase em abordagens voltadas para a compreensão das questões colocadas sobre a natureza e a sociedade. Essa linha de pesquisa sugere a EA como ciência. Trata da discussão sobre ser o conhecimento produzido e/ou em processo de produção, um puro registro pelo sujeito, de dados já anteriormente organizados independente dele com o mundo exterior, ou, o sujeito

poderá intervir ativamente no conhecimento dos diferentes objetos de investigação da EA? Loureiro nos possibilita uma boa reflexão quando enfatiza que: “A questão ambiental é constituída por formas variadas de se valorizar o ambiente, de perceber, classificar e expor os problemas ambientais, e isso se reflete numa diversidade de propostas de superação, situadas entre a perpetuação das ideologias hegemônicas até sua transformação radical.” (PP-PPGEA, 2009, p.94 in: Nabaes, 2013).

A Linha de pesquisas sobre Formação de Educadores possui abordagem focada nos processos que constituem a docência, nas questões ambientais, nos contextos de educação institucionalizados, relacionada à formação de professores e resgata os “aspectos identitários e os saberes da docência, as redes de aprendizagem e a constituição de professores-educadores ambientais. A constituição de educadores e educadoras ambientais buscou responder sobre como se constituem os educadores e educadoras ambientais? Quais suas práticas e trajetórias? Quais suas visões de mundo? Propõe uma reflexão sobre a formação inicial e continuada de educadores e educadoras ambientais, abordando as questões políticas, éticas, históricas, entre outras, implicadas no processo.

No que trata a EA não Formal, volta-se para questões ambientais em espaços de educação não formais e informais considerando, que tais linhas delimitadoras se referem ao espaço que transita a EA, do ponto de vista pedagógico, ou seja, principalmente no caso em que precisamos pensar sobre essa ação pedagógica. Ênfase na compreensão do desenvolvimento humano de forma sistêmica, estética, ética e política que entenda a interligação de espaços ambientais. (PP-PPGEA, 2010, p. 2 in: Nabaes, 2013). Problemáticas Emergentes em EA, na medida em que ocorrem processos que nos colocam em novas instâncias teórico epistemológicas, propõe refletir acerca do contexto atual e da possibilidade dos mais diversos diálogos entre a questão ambiental e as práticas educativas.

A recente proposta de uma linha de pesquisa sobre EA e Políticas Públicas trata-se de um espaço de atuação da EA reservado a gestão ambiental no país. A temática propõe uma reflexão do processo de gestão Ambiental, que estão seguramente para além dos processos de licenciamento ambiental e, principalmente, do modelo de desenvolvimento pós-colonialista adotado, de forma a refletir criticamente sobre os impactos ambientais e sociais gerados por estas escolhas. Tal temática deve trazer a reflexão a dinâmica dos movimentos sociais e o espaço da EA em seu núcleo. Propõe uma reflexão sobre as relações sociais e a reprodução da sociedade onde, a própria percepção ou a compreensão destas relações e do que está no centro dos conflitos fazem parte do debate social, político, teórico e acadêmico. A temática deve tratar também da “participação” coletiva em processos de tomada de decisão em todos os espaços que ainda pode haver de disputa entre territorialidades.

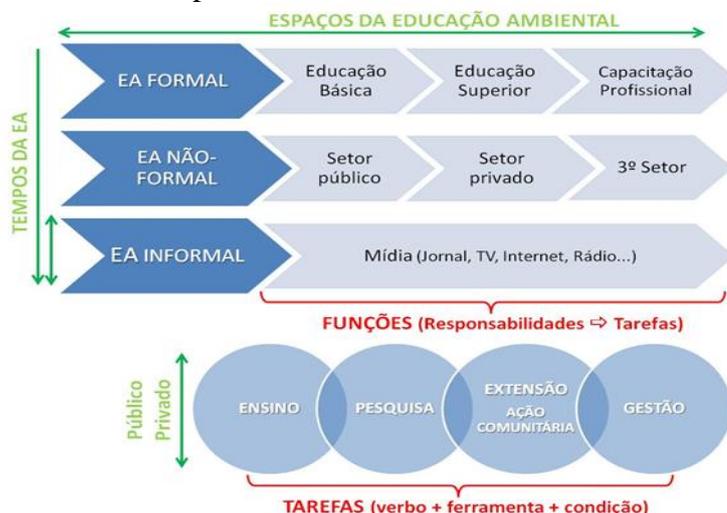




Figura 1 - Contextos de atuação dos educadores ambientais. in: (PP-PPGEA, 2010 apud NABAES; DIAS, 2013, p. 132).

Podemos considerar o Meio Ambiente como tudo o que existe ao nosso redor, tudo com o que interagimos direta ou indiretamente, ou seja, é o lugar onde vivemos em todas as suas dimensões. Cientistas calcularam que a Terra começou a se formar há mais de 5 bilhões de anos e passou por um longo período de formação até apresentar condições para o surgimento das primeiras formas de vida. Seu conjunto de condições únicas e extraordinárias favoreceu a existência e a estabilidade de muitas formas de vida. Tais condições ambientais permitiram a formação e a evolução dos ecossistemas que abrigam uma grande biodiversidade, formado por plantas e animais especialmente adaptados a condições específicas, definidas principalmente pelo clima de cada região. Pesquisas científicas encontraram recentemente registro de sítios arqueológicos de assentamentos humanos datados por volta de 12.790 anos. Aproximadamente 10.000 anos após, a civilização ocidental vivencia a Revolução Industrial. Durante os últimos 200 anos, puderam ser constatadas tendências de mudanças antrópicas intensas nos ambientes naturais, decorrentes de um contexto pós-colonialista e predatório de exploração dos recursos naturais, de forma a satisfazer as necessidades do modelo de produção capitalista adotado.

Podemos pensar que a crise ambiental – que tem sua gênese no colapso das relações que se firmaram até então entre sociedade e natureza, foi uma grande motivação para os movimentos ambientalistas que se sucederam dentro do universo da contracultura, especialmente a partir do século XX. No Brasil, conforme Nabaes (2013) a partir do período colonial a exploração e comercialização do pau-brasil em larga escala, já carregava uma preocupação com a necessidade de estabelecer normas para a sua extração expresso pela Carta Régia de 1542, assim como, na modernidade, a preocupação de fundamentar a EA como ciência (e urgência) para a promoção da vida na Modernidade.

Se pensarmos na EA como um movimento que emergiu das necessidades geradas por uma ruptura no modo de pensar. Tal emergência surge no contexto da própria história da EA. O “romântico “Silent Spring” o (...) Clube de Roma em 1968; as conferências de Estocolmo (1972), Belgrado (1975), Tbilisi (1977), Rio de Janeiro (1992) e Johannesburgo (2002)” (Nabaes, 2013). No Brasil, a partir de 1997, foi feita a inclusão do Meio Ambiente como tema transversal nos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais). Em 1997, observa-se, em meio ao movimento que a questão ambiental vinha se constituindo, a sistematização de um Programa Nacional de EA (ProNEA), como tentativa de consolidar essa área da educação como capaz de dialogar com a prática, ou seja, com os conflitos que já se faziam eminentes. Importante mencionar, pós a conferencia do Rio de Janeiro, certo esforço na criação de redes regionais para operacionalização de ações educativas em EA, entendendo, conforme orienta a Agenda 21

(...) a atribuição de poder aos grupos comunitários por meio do princípio da delegação de autoridade, assim como o estímulo à criação de organizações indígenas com base na comunidade, de organizações privadas de voluntários e de outras formas de entidades não-governamentais capazes de contribuir para a redução da pobreza e melhoria da qualidade de vida das famílias de baixa renda. (ProNEA, 2005, p.23).

Tal contextualização histórica se faz importante para a reflexão sobre a “novidade” que é a temática ambiental para a educação, para as ciências, para os sujeitos, enfim, a EA é um campo de conhecimento extremamente novo, se comparado às outras áreas de conhecimento. Sabe-se da importância do rigor científico e do diálogo, para que a própria



temática se supere e se firme como dialógica ao processo social, como almeja a Agenda 21. Atualmente, o homem contemporâneo já se depara com inúmeros problemas em escala global, tais como: o aquecimento global, o esgotamento dos recursos naturais não-renováveis, a superpopulação, entre outros. A realidade que vivemos hoje nos leva a uma percepção sobre a mudança de paradigma que já há tempos insiste em se manifestar. Compreender o meio ambiente de forma integral está relacionado a uma nova maneira de compreender a realidade. Esse pensamento se sobrepõe ao pensamento que tem norteador a cultura ocidental nos últimos séculos: a visão fragmentada causadora da ruptura entre homem e natureza, mente e corpo, fomentadora da dicotomia eu-mundo, que fez com que o homem definitivamente se separasse da natureza.

Reigota (1994) nos faz refletir sobre a EA que visa a formação de cidadãos críticos, conscientes e atuantes, na promoção de uma educação política. Na busca de um entendimento mais abrangente acerca das ações cotidianas, o autor enfatiza a EA como uma ação global, onde o cidadão, ao ter conhecimento dessa realidade, produz um pensamento universal para assim atuar conscientemente como modificador do meio onde está inserido. O autor trás uma discussão acerca das diversas concepções sobre o termo meio ambiente, explicando que o mesmo está inserido em inúmeros e diversos discursos políticos, sociais, ecológicos e midiáticos. Para ele EA encontram-se relacionada às relações dinâmicas e que estão em constante interação entre aspectos sociais e naturais.

A EA está inserida em todos os aspectos que educam o cidadão, dessa forma, é possível percebê-la nos diversos espaços sociais, culturais, políticos e educacionais, dando, cada um, ênfase às suas especificidades. Por perceber a EA em uma perspectiva global, o autor salienta que a mesma não poderia ser considerada como disciplina dentro do processo educativo, mas sim, como uma perspectiva que permeie todas as disciplinas. Assim, a EA deve ser abordada nos diversos aspectos e espaços promovendo a percepção do educando como cidadão brasileiro e planetário. O autor nos aponta seis objetivos definidos na Carta de Belgrado, que se tornam imprescindíveis para um trabalho de EA quais sejam: conscientização, conhecimento, comportamento, competência, capacidade de avaliação e participação. Esses objetivos têm como princípio o esclarecimento e a atuação consciente dos sujeitos frente ao problema ambiental, bem como, a busca um novo comportamento que visa adquirir o sentido dos valores sociais, sensibilizando-os pelo interesse ao meio ambiente.

Atualmente vivemos um quadro de completa insustentabilidade social e ambiental, paralelo a uma crise ética na percepção da vida, ou seja, o agir se sujeita à crítica da subjetividade teórica de valores e esta, se confronta com a ação. Dessa forma, marcamos a importância da práxis como reflexão e busca de soluções para os problemas do nosso tempo que requerem mudanças radicais nas nossas percepções, pensamentos e valores. Os paradigmas emergentes tratam esses problemas de forma integrada, longe da visão antropocêntrica que o ser humano tem desenvolvido nos últimos séculos. A EA hoje tem autonomia para considerar o objetivo e o subjetivo, o natural e o cultural, o político, o ético e o estético, com vistas ao desenvolvimento ideal da humanidade, com ênfase na autonomia e no pensamento crítico e na contextualização do homem no ambiente do qual é parte integrante. Dessa forma, partindo de uma perspectiva pedagógica crítica, busca contribuir para a compreensão da realidade e para a transformação, simultaneamente, da sociedade e da educação, no processo de formação humana. Nesta concepção de educação, fundamenta-se uma crítica que compreende que as relações sociais de dominação e de exploração capitalistas são internalizadas, como ideologia dominante que informa uma leitura que deverá mediar o agir e conseqüente postura (agir) diante do cotidiano, que se materializam nos problemas sociais e ambientais.



Da mesma forma, tudo que vem sendo dito e debatido sobre EA nos últimos trinta anos, traz em suas especificidades algum aspecto que nos incita a refletir. Muitos autores falam do local, do espaço geográfico e o do espaço da pesquisa como um “novo espaço social” de poder que permite orientar e consolidar as condições para o surgimento de relações e ações que atualizam uma racionalidade ambiental. Observa-se que para sabermos escolher as estratégias e instrumentos necessários para solucionar problemas ambientais, é preciso conhecer um pouco dos alicerces, funcionamento e evolução da ciência no mundo real. Por exemplo, em uma educação que não se afirma como emancipatória - transformação plena, que engloba as múltiplas esferas da vida planetária e social, inclusive a individual, o processo educativo não pode ser dito como transformador (Loureiro, 2004). A EA hoje tem autonomia política para considerar o objetivo e o subjetivo, o natural e o cultural, o político, o ético e o estético.

Se a EA ocupa o lugar da educação que não era ambiental, hoje, em meio a uma ampla variedade de vertentes tanto do pensamento ambientalista como das próprias correntes pedagógicas, como identificar as intencionalidades que preenchem de sentido as ações de EA? Apesar da complexidade ambiental envolve múltiplas dimensões, enfatizam a crise ecológica da dimensão ambiental como se os problemas ambientais fossem originados independentemente das práticas sociais (reducionismo). A EA está para além de ser compreendida apenas como um instrumento de mudança cultural ou comportamental, mas, também como um instrumento de transformação social para se atingir a mudança ambiental. Nessas redefinições conceituais e ideológicas de seu significado a abrangência conceitual da EA. Quem se beneficia com o processo? Qual o enquadramento feito pela leitura do pano de fundo. Loureiro (2004) aponta os limites da EA de caráter moralista que recai na concepção desse “modo de fazer” como se os humanos fossem seres passivos e totalmente determinados pela esfera ideal subdimensionando ou ignorando a ação humana no tecido social negando a existência do sujeito histórico e da práxis.

É preciso coerência, pois, esta vertente pode estar esvaziando o terreno da ação política por colocar na transformação do pensamento individual uma centralidade que não corresponde ao seu papel na mudança social. Critica a posição unidimensional das posturas idealistas, irredutibilidade dialética entre a mudança social e cultural para se alcançar o propósito educativo. Nesse sentido afirma que não há mudança ética quando se ignora a sociedade que se move porque os valores não são mero reflexo da estrutura econômica, mas são definidos a partir de condições históricas específicas inseridas.

As bases ecológicas da sustentabilidade não se localizam apenas na esfera ideal, mas também na esfera material, no modo de produção capitalista e nas relações sociais. A EA possibilita o método dialético como forma de pensar e transformar o mundo. Relações de alienação gerada pelas ações pedagógicas sobre o humano. Questionam os princípios da EA como condição social, política, de cidadania, democracia, participação, autonomia, emancipação. A reflexão a respeito do problema ambiental sem estar articulada com a contextualização social, cultural, histórica, política, ideológica e econômica, resulta na reprodução de uma visão de mundo dualista que dissocia as dimensões social, cultural, histórica, política, ideológica e econômica resulta na reprodução de uma visão de mundo dualista que dissocia as dimensões social e natural. Diferentes abordagens, diferentes categorias.

Para Loureiro (2004) a construção de teorias abstratas sobre bases idealizadas não favorecem a intervenção qualificada dos agentes sociais, a releitura desejável da EA que se faz necessário é educar(?) com a clareza do lugar ocupado pelo educador na sociedade. De sua responsabilidade social em problematizar a EA. Mas “não uma educação genérica, uma que se nutre das pedagogias progressistas histórica-crítica e libertaria, correntes orientadas



para a transformação social”. Carvalho (2013) analisa o modo pelo qual a EA tem sido agente e, ao mesmo tempo, efeito de um processo de “ambientalização” das esferas sociais. Sugere que as práticas de EA resultam do imbricamento desse idioma de amplitude global com a produção local de significados. A EA nos trás a questão da ambientalização - processo de internalização da questão ambiental nas esferas sociais bem como na formação moral dos indivíduos. Carvalho (2013) sugere o quanto é “visível nas últimas décadas o fortalecimento das dimensões institucionais do campo ambiental bem como a emergência de novos movimentos na esfera social deste campo”. No Brasil a emergência dos movimentos de justiça ambiental e a “ambientalização” dos conflitos sociais tem sido objeto de estudo de diferentes pesquisadores.

Chamamos de Racismo Ambiental as injustiças sociais e ambientais que recaem de forma desproporcional sobre etnias vulnerabilizadas. O Racismo Ambiental não se configura apenas através de ações que tenham uma intenção racista, mas igualmente através de ações que tenham impacto racial, não obstante a intenção que lhes tenha dado origem (HERCULANO e PACHECO, 2006 apud CARVALHO, 2013, p. 30).

A questão ambiental é então reformulada de diferentes maneiras pelas instituições e movimentos que a incorporam, como um “idioma ambiental” que apresenta em diferentes práticas sociais. Interessante fenômeno relacionado à internalização de uma “orientação ecológica” ou ainda como um “habitus ecológico”, conforme sugere a autora. Observa-se que a temática ambiental esta para além do âmbito dos conflitos, a questão ambiental parece expandir-se como um argumento ou “idioma” válido para um horizonte ambiental moral, ético e estético.

Importante ressaltar o papel do sociólogo (Santos 2005, apud Carvalho, 2010), ao analisar os desafios de articulação entre as lutas contra hegemônicas para produção de alternativas comuns à globalização neoliberal. Ele chamou de “tradução” o trabalho de reconhecimento e compreensão das convergências possíveis entre as práticas diversas de onde poderiam vir às alternativas como os movimentos ecológicos, pacifistas, indígenas, feministas e de trabalhadores. A tradução e o mútuo reconhecimento entre estas práticas é para Boaventura a condição para o diálogo e a imaginação de outro mundo possível. Conforme Carvalho (2010) trata-se de uma tarefa que implica um vasto exercício de tradução para expandir a inteligibilidade recíproca sem destruir a identidade dos parceiros da tradução. O resultado social deste mútuo reconhecimento é denominado por Boaventura como o estabelecimento de uma zona de contato e diálogo entre diferentes práticas e saberes sociais.

Ainda no enfoque da investigação sobre as possíveis concepções de EA, percebe-se, com Carvalho (2010) que o processo de ambientalização das praticas sociais cuja contrapartida é a politização da questão ambiental, pode ser observado, por exemplo, na trajetória de organização dos catadores, como diz a autora, que estiveram tradicionalmente ligados a questões como geração de renda, associativismo e cooperativismo, ocupação informal, exclusão do mundo do trabalho formal entre outras categorias sociológicas. Na última década assistimos a um deslocamento desta identidade social para a categoria de recicladores. Um bom exemplo de como incorporar a questão ambiental como parte de sua ação, mostra que os catadores puderam se rerepresentar a sociedade na forma de um movimento de interesse ambiental, incluindo propostas de um movimento nacional de trabalhadores da reciclagem. Carvalho complementa que:



(...) EA como efeito e agente da ambientalização das esferas sociais poderia ser considerada ao mesmo tempo efeito e agente de ambientalização das práticas sociais. A educação ambiental instaura distinções entre os sujeitos educados ambientalmente e aqueles cujos comportamentos não ecológicos são geralmente associados à barbárie. A cautela da educação ambiental no argumento do agravamento dos problemas ambientais e sua crescente visibilidade e legitimidade pública cria condições para o que Leite Lopes (2004) chama de “inculcação” do novo domínio do meio ambiente, sua nova linguagem e seus novos usos se tornando um “habitus”. (BOURDIEU, 1996 apud CARVALHO, 2010, p. 33).

Percebe-se que a EA trás em seu bojo uma tendência para o entendimento da educação e do ensino como instrumento de transformação social, resgatando a importância dos conteúdos culturais no processo educativo. Esses autores associam a questão ambiental como movimento social intrinsecamente relacionado a uma profunda crise civilizatória, epistemológica, filosófica, política e que sustenta a modernidade. Como vimos, há uma pluralidade de concepções ambientais, entre elas, Guattari (1991) propõe as três ecologias, o estudo das três dimensões da ecologia - natural, subjetiva e social. Morin (2001) pensou os sete saberes necessários a educação do futuro na perspectiva da complexidade contemporânea, abordando aspectos ignorados pela pedagogia atual, para servirem de eixos norteadores à educação do próximo milênio. Esses saberes são respectivamente as Cegueiras Paradigmáticas, o Conhecimento Pertinente, o Ensino da Condição Humana, o Ensino das Incertezas, a Identidade Terrena, o Ensino da Compreensão Humana e a Ética do Gênero Humano. De qualquer forma, observa-se que esses saberes são indispensáveis frente à racionalidade dos paradigmas dominantes que banalizam o real, ou seja, deixam de lado questões importantes para uma visão abrangente da realidade.

Observa-se por meio da análise dos estudos disponíveis um movimento para fundamentar a EA como ciência, a EA como emergência na promoção da vida na Modernidade. Para além da história e do movimento da EA, a emergência de ser agora pensada como ciência. Da mesma forma, o educador ambiental se reinventa, como produzir conhecimento interdisciplinar? Onde esta a emancipação?

(...) atribuição de poder aos grupos comunitários assim como pode ser comprovada, o estímulo à criação de organizações indígenas com base na comunidade, de organizações privadas de voluntários e de outras formas de entidades não-governamentais capazes de contribuir para a redução da pobreza e melhoria da qualidade de vida das famílias de baixa renda (ProNEA, 2005, p. 23).

Inclui-se no diálogo, a consciência de que a EA por meio das diferentes ciências constrói sua própria especificidade, já que é contemporânea ao próprio pensamento científico e precisa transitar entre diferentes abordagens. Inclui-se ainda considerar propostas como a Agenda 21. É possível construir sociedades? Ainda,

Uma Educação Ambiental transformadora refere-se a (...) revolucionar os indivíduos em suas subjetividades e práticas nas estruturas sociais-naturais existentes (...) atuar criticamente na superação das relações sociais vigentes, na conformação de uma ética que possa se afirmar como “ecológica” e na objetivação de um patamar societário que seja a expressão da ruptura com os

padrões dominadores que caracterizam a contemporaneidade. Imediatamente, a necessidade de ampliar o conceito de sujeito tradicional para outro que caracteriza os diferentes sujeitos, o sujeito ecológico, o sujeito epistemológico. (LOUREIRO, 2004, p.73)

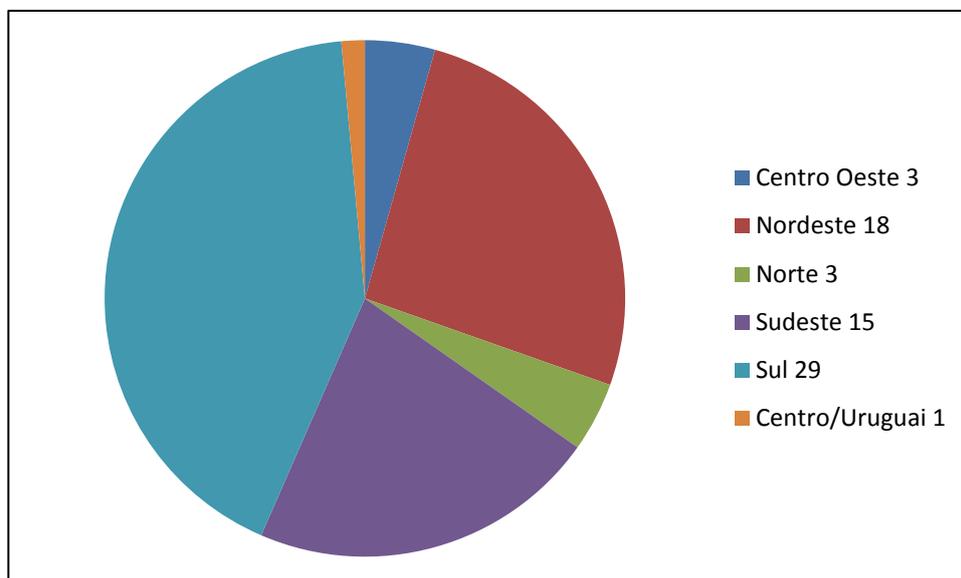


Figura 2 – Gráfico demonstrando a cartografia da EA pelo Brasil no contexto da REMEA. Fonte: os autores.

Após avaliação e análise da dinâmica de funcionamento da logística do último volume publicado foi possível traçar, por meio dos 69 textos recebidos, uma espécie de cartografia da EA ao longo dos diferentes estados brasileiros, como também, ao distribuir os artigos pelas linhas de pesquisa, observa-se a ocupação da EA nos diferentes espaços e campos de atuação. As regiões sedes das Universidades que encaminharam os artigos referem-se às regiões: Centro Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul. Como representante internacional, o Uruguai. Observa-se pela leitura do gráfico (Fig. 2) que o Sul é o campeão na demanda de artigos já que encabeça a lista com 29 textos enviados. Logo em seguida, o Nordeste com 18 artigos encaminhados. A região Sudeste esta representada com 15 artigos, o centro oeste com 03 e o Norte também com 03 artigos encaminhados. O Uruguai representou com 01 artigo.

No que se refere às linhas de pesquisa, observa-se que 27 artigos desenvolvem-se no âmbito da investigação das atividades consideradas como EA Não Formal e 21 artigos se desenvolvem no espaço Formal da EA. É possível perceber ainda que 13 artigos ocupam com discussões interessantíssimas o espaço dos Fundamentos da EA e ainda, a recém-temática, EA e as políticas públicas sendo representada com 08 artigos como podemos observar no gráfico da figura 3. Como vimos à limitação de campos de pesquisa refere-se apenas ao caráter pedagógico necessário ao estudo e análise da mesma.

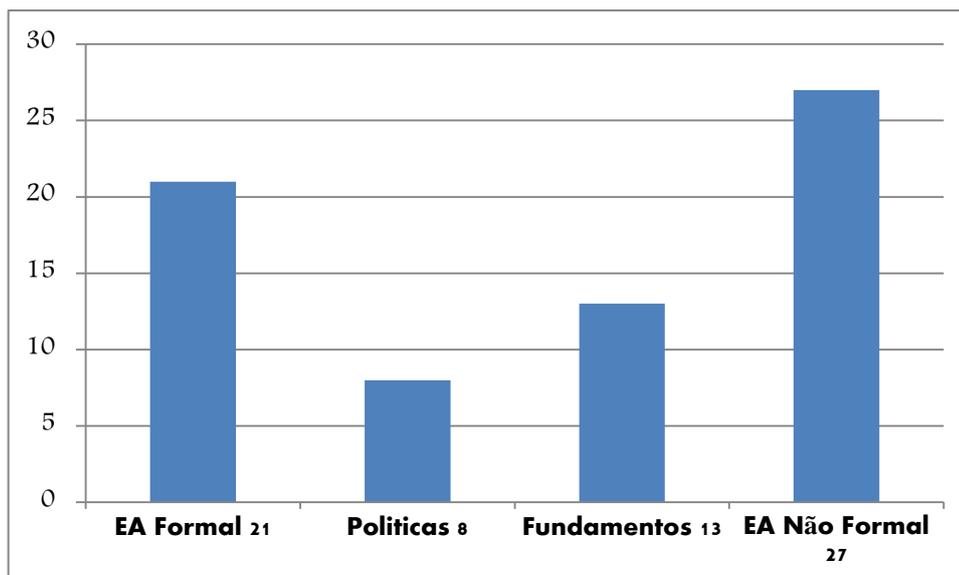


Figura 03 – Temos e Espaços ocupados pelas linhas de pesquisa em EA no contexto da REMEA/PPGEA/FURG. Fonte: os autores.

A REMEA, durante o ano de 2013 já publicou 02 volumes que são eles: o Volume Especial, que se caracterizou pela publicação dos artigos encaminhados ao V Colóquio de Pesquisadores em EA da Região Sul – V CEPEASul e do IV Encontro e Diálogos com a EA) IV EDEA e o Volume 30, n. 1. No Volume Especial, a REMEA mais uma vez traz a contribuição de diferentes saberes e práticas que compõem a EA como campo do conhecimento. Com o objetivo de congregar pesquisadores de instituições do Sul e de outras regiões do Brasil, além de países como o Uruguai, a Argentina e o Chile, o evento integrado V CPEASul / IV EDEA constitui-se na consolidação da EA como campo mobilizador para a construção de uma sociedade justa, na busca de estratégias para o enfrentamento da crise socioambiental contemporânea.

Nesse sentido focaram na análise e na discussão das diferentes problemáticas específicas da EA, onde, a partir da constituição de espaços integradores desenvolveu suas atividades em torno de cinco eixos. O primeiro tratou dos Fundamentos Filosóficos e Epistemológicos da EA; O segundo eixo temático buscou tratar das Problemáticas Emergentes em EA. Já o terceiro eixo buscou debater os modelos de desenvolvimento de forma a refletir criticamente sobre os impactos ambientais e sociais gerados por estas escolhas. A constituição de educadores e educadoras ambientais foi a temática desenvolvida pelo quarto eixo que buscou responder sobre como se constituem os educadores e educadoras ambientais? (REMEA, 2013).

O Volume 30, como se pode observar em sua edição eletrônica, abre a edição informando aos leitores que a Revista Eletrônica do Mestrado em EA – REMEA vinculada ao Programa de Pós Graduação em EA - PPGEA/FURG por meio da Associação Nacional de Pós Graduação em Educação - ANPED e Convênio firmado com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) do Ministério da Educação (MEC), foi um dos periódicos premiados pelo Concurso de Periódicos Brasileiros da Área de Educação, classificados como B2 e B3, no âmbito do Edital 01/2013. Participaram do Edital diferentes estados brasileiros. Para os editores o desafio é grande, tanto para a Universidade, que tem participação direta na produção de informação, saberes e práticas, como para o



próprio Programa de EA em dar conta dos limites e possibilidades dessa dinâmica e, continuamente afirmar a EA como campo do conhecimento humano. Observa-se que na busca de dialogar pelos espaços compreendidos de EA, surge uma diversidade de abordagens, uma pluralidade temática, se constituindo, de norte a sul do país e América Latina. As temáticas, desenvolvidas pelos artigos, perpassam diferentes espaços da compreensão pedagógica, para uma reflexão essa mesma compreensão.

As temáticas desenvolvidas pelos assuntos abordados perpassam, em uma dimensão dialética, o espaço escolar Formal que questiona os discursos em uma abordagem arendtiana e sobre o que mostram ou pretendem mostrar os sujeitos com estes discursos. Preservação, estudo da percepção ambiental, sensibilização categorias que podem favorecer a preservação e o uso mais sustentável dos recursos ambientais. A formação de educadores, gestão da política pública ao instituir a Lei Nº 9.795/99 da Política Nacional de EA, documento que orienta a EA no Brasil.

No campo da fundamentação filosófica e epistemológica da EA, a questão das áreas protegidas – unidades de conservação e relação dessas com a EA. A crise do modo de produção: os limites sócio metabólicos do capital. A questão sobre a ética. Existe uma ética ambiental? Depois, um diálogo com a fenomenologia goetheana, como teoria do conhecimento elaborada a partir de suas pesquisas botânicas. Reflexões acerca da crise ambiental e da condição humana, em sua expressão moderna, temporal. Sobre as políticas públicas relacionadas à EA, no pressupostos dos documentos internacionais, federal e estadual. A gestão ambiental e as alternativas de produção local para a alimentação e garantias de uma alimentação saudável à população.

Foram abordados aspectos relativos à democracia e a participação social. Os impactos relacionados à construção de hidrelétricas trazendo ainda questões sobre injustiça ambiental. Trás uma reflexão sobre a crise ambiental que vivemos hoje e que afeta a humanidade e sobre a crise do próprio sistema econômico capitalista. Para concluir as abordagens desse volume, no campo da EA não formal, associado ao crescimento substancial de ações de cunho ambiental na área empresarial, particularmente de EA, desde a ECO-92. Trás a história oral de vida de velhos moradores afirmar que atualmente a preservação e a conservação ambiental são temas abordados diariamente e cada vez mais fazem parte do cotidiano de toda sociedade. Pedagogia da Autonomia, da Ecopedagogia e da Ecoformação, ética da hospitalidade, finalizando o volume, com contribuições para uma educação ambiental não-especista. Registra-se ainda que, conforme dados dos Visitantes de: www.seer.furg.br/remea (datas e totais de países disponíveis no portal eletrônico, cerca de 12.782 visitantes visitaram o portal do periódico de maio a agosto de 2013 contabilizando os registros de visita como segue em: <http://www2.clustrmaps.com/pt/counter/maps.php?url=http://www.seer.furg.br/remea>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando todas as reflexões apresentadas compreendemos um emaranhado de concepções e propostas cujas primeiras habilidades do educador estejam, talvez, na capacidade de navegar pelas diferentes possibilidades de EA e traçar um caminho para a construção de um pensamento que dê conta de explicar esse emaranhado de informações características da pós-modernidade, resíduo moderno, produção de ideias, como a construção de um pertencer a uma realidade. Observa-se que vivenciamos paradoxos e disputas epistemológicas. A visão complexa e interdisciplinar no estudo dos fenômenos sócio ambientais parece, de fato, ainda fundamental. Existe uma distinção dos perfis imaginados para o educador ambiental? Por fim, para além da construção de um mundo melhor a busca de uma práxis que definitivamente abandone metas irreais e se caminhe para a consolidação da



EA como “ação efetiva e coletivamente organizada, pautada em permanentes reflexões teóricas que qualifiquem a prática, sendo por esta revista (práxis), caracterizando atividade política intensa” (LOUREIRO, 2011, p. 106).

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, I. C. M. Percepção e ambiente: aportes para uma epistemologia ecológica. **Revista Eletrônica do Mestrado de Educ. Ambiental**. ISSN 1517-1256, v. especial, março, 2013. <http://www.seer.furg.br/remea/issue/view/402>
- CARVALHO I. C. M. Ambientalização, Cultura e Educação: Diálogos, traduções e inteligibilidades possíveis desde um estudo antropológico da educação ambiental. **Revista Eletrônica do Mestrado de Educ. Ambiental**. ISSN 1517-1256, v. especial, setembro, 2010. <http://www.seer.furg.br/remea/issue/view/373>
- FACHIN, G. R. B.; HILLESHEIM, A. I. D. A. **Periódico científico: padronização e organização**. Florianópolis: UFSC, 2006.
- GUATTARI, Félix. *As três ecologias*. Campinas: Papyrus, 1991.
- LOUREIRO, Carlos F. *Trajetórias e Fundamentos da Educação Ambiental*. São Paulo: Cortez, 2004.
- MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários a educação do futuro*. São Paulo: Cortez, 2005; Brasília, DF: UNESCO, 2001.
- NABAES, T. O; DIAS, C.M.S. Uma leitura sobre o projeto pedagógico do PPGEA/ FURG: construindo este diálogo. **Revista Eletrônica do Mestrado de Educ. Ambiental**. ISSN 1517-1256, v. especial, março de 2013. <http://www.seer.furg.br/remea/issue/view/402>
- REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental**. 1994. Ed. Brasiliense, 63 p.
- REMEA - **Revista Eletrônica do Mestrado de Educ. Ambiental**. Editorial. ISSN 1517-1256, V. especial, mar., 2013. <http://www.seer.furg.br/remea/issue/view/402>
- _____. **Revista Eletrônica do Mestrado de Educação Ambiental**. Editorial. ISSN 1517-1256, v. 30 n. 1, jan./jun., 2013. <http://www.seer.furg.br/remea/index>
- SCHIMIDT, Elisabeth [et al.]. **Projeto Pedagógico do programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental**. Rio Grande: FURG, 2010.
- PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL - **ProNEA** / Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação. Coordenação Geral de Educação Ambiental. - 3. ed - Brasília : Ministério do Meio Ambiente, 2005.